

*09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.12.2006

Ponto 4. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS**

. Secção de Pesca da Casa do Povo de Vila Nova de Anços

- Apoio

Ponto 5. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

. QCAIII - P.O. Centro

Homologação de Candidaturas

5.1. Rede de Esgotos Domésticos de Pouca Pena e Lugares Limítrofes

5.2. Rede de Esgotos Domésticos de Sobral e Lugares Limítrofes

Ponto 6. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO

. Aquisição e Aplicação de Peças de Fixação

- Adjudicação

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Ponto 7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . Realização de Feira Mensal em Tapeus
 - Autorização

Ponto 8. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTRAS RECARGAS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Degraças
 - Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2007

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 3.ª/3.ª - .

Ponto 10. A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

- . Conselho Geral
 - 10.1. Encerramento de Serviços Públicos
 - 10.2. Transferência de Competências para os Municípios

Ponto 11. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, iria prestar algumas informações.

- Estivemos nas Malhadas, no encerramento do Programa “Envelhecer com Qualidade”, uma Candidatura aprovada em 2005, no âmbito do Programa de Apoio Integrado a Idosos, que teve a duração de dois anos e que visava, basicamente, duas coisas: a implementação do Apoio Domiciliário nas Freguesias de Degraças e de Pombalinho e o aparecimento de uma Instituição sob a forma de IPSS que pudesse assegurar a continuidade da resposta naquela zona do Concelho. Estiveram também presentes os dois parceiros, a Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel e o Centro Social das Malhadas, o Senhor Coordenador da Sub-Região de Coimbra da Segurança Social e as Responsáveis Nacionais do Programa de Apoio Integrado a Idosos. Verificou-se, em termos quantitativos, que no início do Programa esta valência foi implementada para 15 utentes, sendo que eram todos da Freguesia de Pombalinho; dois anos depois, para 39 utentes, 82% eram da Freguesia de Pombalinho e 15% da Freguesia de Degraças...

No final do ano de 2006, o Centro Social das Malhadas “conseguiu” o Estatuto Jurídico de IPSS... quanto ao Futuro, o responsável da Segurança Social assumiu que era prioritária a contratualização, imediata, de um acordo para o Apoio Domiciliário, no sentido de garantir a continuidade da resposta naquela zona do Concelho. Evidentemente que, da parte da Câmara Municipal, adiantei que nos congratulávamos com o facto de haver mais uma zona do Concelho que passava a ter uma resposta social directa.

- No dia 2 de Maio, voltaram a reunir, em Montemor-o-Velho, os dez Municípios que irão constituir a NUTE III do Baixo Mondego. Nessa reunião foi determinado dar sequência final à extinção e liquidação da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras... como estarão recordados, em 24 de Março de 2004, a Assembleia Inter-Municipal, tinha deliberado proceder à extinção e, depois, cada um dos Municípios faria o mesmo na Câmara e na Assembleia Municipal. Na Câmara de Soure, foi na reunião de 22 de Abril de 2004, presidida então pelo Senhor Vice-Presidente, Santos Mota, e na Assembleia Municipal em 30 de Abril de 2004, sendo na altura Presidente, o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa... agora,

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

como vão entrar dois novos Municípios, para haver uma correspondência espacial, optou-se por finalizar este processo de Extinção. Os Municípios que integravam essa Associação tiveram/têm que regularizar o pagamento de quotas anteriores a 2003.

Quanto à nova Associação, está a ser desenvolvido o processo de elaboração final da proposta de novos Estatutos, já de acordo com a nova ambiência legal aplicável... o Plano Estratégico dos dez Municípios será desenvolvido através da AD ELO - Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, no âmbito do Protocolo que aprovámos na reunião de 26.04.2007.

No âmbito do Protocolo, a AD ELO, já procedeu à escolha da empresa que irá desenvolver o Plano Estratégico para os Municípios da NUTE III... até ao dia 25 do corrente mês de Maio, iremos procurar apresentar, de forma hierarquizada, as propostas de investimento que consideramos essenciais, em cada Concelho, para a empresa avaliar a complementaridade, em termos Sub-Regionais e Regionais... depois dever-se-ão tentar encontrar “âncoras”, factores de referência que viabilizem a aprovação das Candidaturas uma vez que, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, nenhuma Candidatura deverá ser avulsa.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 27 de Abril decorreu, no Auditório da Escola de Hotelaria e Turismo do Centro, uma Reunião Ordinária da Comissão Regional de Turismo, onde foram dadas algumas informações, no sentido dos bons indicadores, naturalmente, dos fluxos turistas da região, foram também apresentados e aprovados os Relatórios de Actividade da Conta de Gerência.

Na área da Cultura e Tempos Livres, no dia 27 de Abril, estive em representação do Senhor Presidente de Câmara, no lugar de Casal do Barril, num convívio popular.

No dia 29 de Abril, estive presente numa iniciativa festiva promovida pela Associação Cultural Recreativa e Desportiva das Cotas.

Na área do Desporto e Tempos Livres, no dia 28 de Abril, recebemos no Salão Nobre da Câmara Municipal, uma comitiva de Cicloturistas da Freguesia da Gesteira, sendo este passeio/visita organizado pela Junta de Freguesia da Gesteira, em parceria com o Grupo Amigos do Piquete.

No dia 5 de Maio, realizou-se o 1.º ENCONTRO DE REMO INDOOR SÉNIOR + com a participação de várias IPSS's do Concelho; iniciativa promovida pela Associação Cultural Desportiva e de Solidariedade da Freguesia de Vinha da Rainha.

No dia 6 de Maio, recebemos no Salão Nobre da Câmara Municipal, os participantes da Ronda dos Castelos, uma iniciativa organizada pelo Clube Todo o Terreno de Lisboa e, também, uma Comitiva de Cicloturistas do Espírito Santo, uma iniciativa promovida pelo Centro Social 17 de Agosto.”

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que “no dia 08 de Abril, estivemos presentes no encerramento do Campeonato Regional de Escalada, organizado pela Direcção Regional de Educação do Centro, em que participou o Agrupamento de Escolas de Soure. Aliás, deliberámos apoiar esta iniciativa; recentemente chegou-nos um ofício do Núcleo de Escalada do Agrupamento de Escolas de Soure (NES) *“a agradecer todo o apoio que a Câmara Municipal tem proporcionado e sem o qual não teria sido possível realizar grande parte das actividades a que nos propusemos assim como os bons resultados Distritais, Regionais e Nacionais”*.

Informam ainda que, nestes Campeonatos Regionais do Desporto Escolar, obtiveram as melhores classificações de todo o País, pois conseguiram obter, na Prova de Escalada Desportiva, oito medalhas, das doze possíveis. Também na visita aos Açores, numa participação em que estiveram setenta escaladores de todo País, os alunos do Agrupamento de Escolas de Soure, das dezoito medalhas possíveis, ganharam dez, entre 1.º, 2.º e 3.º Classificados. Esteve presente o Seleccionador Nacional da Federação Nacional Portuguesa de Montanhismo e Escalada que deu nota ao Professor responsável que, pelo menos, seis dos atletas que estiveram presentes poderão vir a integrar a Selecção Nacional, de modo a poderem competir nas Competições Internacionais.

A participação nestas actividades, para além da questão desportiva em termos sociais, tem sido extremamente enriquecedora, até porque participam alunos oriundos de famílias com algumas carências socio-económicas e que têm aqui um grande estímulo até para as outras actividades lectivas.

No dia 4 de Maio, assistimos à peça de Teatro *“Quem Matou Romeu e Julieta”*; tratou-se de um projecto artístico em que participou o Instituto Pedro Hispano, uma Escola de Cantanhede, o Instituto de Lordemão e a Arca. Um projecto orientado pelo Actor Marco António D’el Carmo; este espectáculo esteve em cena no Cine-Teatro da Mealhada.

No dia 5 de Maio, recebemos no Salão da Câmara Municipal, o 10.º Encontro dos Alunos do Externato Santiago.

Na área da Cultura, assistimos a um Café Concerto na Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel, no âmbito das Comemorações do dia 25 de Abril.

No dia 1 de Maio, estivemos presentes no 79.º Aniversário da Associação de Instrução e Recreio 1.º de Maio Alfarelense.

Estivemos também na Freguesia de Pombalinho, no fim de Semana Gastronómico, organizado pelo Centro Social de Malavenda e Cabeça da Corte.

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

A Escola de Vale de Pedras encerrou este Ano Lectivo e foi utilizada por um Grupo de Senhoras da Freguesia da Vinha da Rainha, que participaram, durante este ano, num Projecto de Artes Decorativas. No final do ano, fizeram questão de apresentar uma mostra dos trabalhos que executaram no âmbito desse projecto.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “em primeiro lugar queria deixar aqui uma palavra de apressa a todos os trabalhadores deste Concelho e deste País pela Comemoração do Dia do Trabalhador, 1.º de Maio, esperando que daqui em diante sejam menos acoitados pelas medidas que têm sido tomadas e que têm depauperado da sua qualidade de vida.

Relativamente à Carta Educativa, gostava de saber qual o ponto da situação. A Carta Educativa foi enviada para o Ministério da Educação há algumas informações que são oficiais, que as Cartas Educativas, a sua homologação está ser alvo de algumas negociações, que em alguns casos, subvertem, aquilo que foi a proposta emanada de baixo, aliás, este Governo parece que já nos habitou a dizer uma coisa na Televisão e depois, nos Gabinetes, a praticar outra, porquanto dizem que estes são instrumentos que devem vir do tecido social, neste caso, concelhio, para que depois as políticas nacionais possam seguir essas determinações, mas aquilo que está a acontecer é exactamente o contrário. Portanto, peço que nos dê nota de como é que está a homologação? Quais foram as solicitações, se é que as houve, da Direcção Regional de Educação no sentido de alterações que possam ser imprimidas? E quais as Escolas que estão previstas encerrar, se houve alguma alteração nesse aspecto?

No Plano Estratégico que está a ser proposto pelo conjunto de Municípios do Baixo Mondego, falou que este vai ser integrado num Plano mais Estratégico... entendemos que era fundamental que também nós, no nosso Concelho, tivéssemos um Plano Estratégico que nos auxiliasse e permitisse uma participação alargada de todos os cidadãos, de modo a que reflectisse, não só as preocupações mas também as propostas e anseios da comunidade do Concelho de Soure.

A proposta é que fossem consultadas entidades que pudessem, elas próprias, elaborar tecnicamente um Plano Estratégico, evidentemente seguindo as orientações que esta Câmara entender dar, no sentido de podermos integrar, de pleno direito, este Plano Estratégico do Baixo Mondego, que é mais global e não específico do nosso Concelho.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente à Carta Educativa, a Direcção Regional de Educação do Centro pediu alguns dados complementares que já foram enviados; a indicação que nos deram foi que, à partida, está tudo em ordem para ser homologada.

***09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Encerramento de Escolas... penso que já prestámos essa informação aqui. As Escolas às quais demos acordo para o seu encerramento, já depois de reuniões com o Agrupamento de Escolas, os pais e Autarcas de Freguesia, são aquelas em que considerámos, à partida, que os alunos irão ter uma melhor resposta; em todas as reuniões que foram feitas com os pais presentes, essa realidade foi aceite por todos eles.

Prevê-se a suspensão, na Freguesia de Samuel, da Escola de Carvalhal de Azóia que, numa primeira fase, enquanto não for feito o equipamento previsto na Carta Educativa, - ampliação da Escola de Marco -, passará pela deslocação dos alunos para a Escola de Serroventoso; na Freguesia de Soure, prevê-se a suspensão das Escolas de Casa Velha, Casal do Barril e Melriçal e, na Freguesia da Gesteira, a Escola de Santo Isidro; a Escola de Acolhimento para estas quatro situações, será a EB 1/2 de Soure, que oferece aos alunos as condições necessárias, quer a nível pedagógico, quer de Equipamentos, Refeitório, Biblioteca Escolar, Pavilhão Desportivo... os pais entenderam que realmente esta era uma melhor solução para os seus filhos.”

O Senhor Presidente referiu que: “estamos a aguardar a homologação da Carta Educativa...”

Durante 2006/2007, eu e outros colegas, equacionámos a eventual necessidade de encomendar a “feitura” dum plano estratégico concelhio... tive reuniões, quer com Vereadores em Regime de Permanência, quer com alguns responsáveis da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, e percebemos o seguinte: para todos os efeitos, temos um plano estratégico feito no mandato anterior, ainda que mais virado para o desenvolvimento económico... Temos os próprios programas que foram sufragados em eleições, em termos de priorização de investimentos considerados essenciais ao desenvolvimento!!!... penso que, nesta altura não é o momento, nem me parece que haja calendário compatível para promovermos uma qualquer outra participação alargada dos cidadãos... este é o período de assumirmos todas as nossas responsabilidades em termos de opções programáticas... no fundo, ter o contributo, mais ou menos intenso, de todos aqueles que foram eleitos e que têm responsabilidades políticas no Concelho de Soure.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a nossa posição sobre o Encerramento de Escolas já foi aqui bastantes vezes vertida. É verdade que pugnamos por Educação de qualidade mas não se pode pôr o “carro à frente dos

***09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

bois”... o que é facto é que o Ministério da Educação está a ter um postura que, no nosso entender, não é a mais correcta, primeiro encerra, depois cria condições... por outro lado, esta questão da Educação se fosse só por si podíamos entendê-la de forma pedagógica, mas o que está subjacente a este encerramento não são só questões pedagógicas, são questões estatísticas, são questões de números, existem metas a atingir que não se compactuam com as situações específicas de cada comunidade, com a desertificação de determinadas áreas do território nacional e, por conseguinte, esta é uma situação que nos preocupa, num contexto global, não podendo olhar sectorialmente para cada uma destas questões e era isso que gostaríamos que não acontecesse.

Quando coloquei a questão da Carta Educativa, fi-la porque é uma área que me diz respeito profissional e, por conseguinte, conseguimos ter algumas informações que nos despertam para alguns problemas; preocupa-me por exemplo, a situação que se irá viver na zona serrana. Aquilo que a Carta Educativa aponta é para um Pólo Educativo nas Degraças mas temos também Tapeus, o que é que vai acontecer? Foi feito um grande investimento, será que o Ministério autorizará estas duas situações? Como é que vai ser isso encarado na Carta Educativa? Depois, também, evidentemente, os Pólos Educativos que foram criados e era nessa matéria que acho que era importante que nós todos tivéssemos por dentro desta situação, para que pudéssemos, de alguma forma, estar mais preparados para encarar os desafios que nos vão colocar no futuro, no que diz respeito, à aplicabilidade da Carta Educativa.”

O Senhor Presidente referiu que: “estou completamente de acordo com o que enunciou. Para o Ano Lectivo 2007/2008, foi-nos apresentada uma proposta que assentava em onze encerramentos, uma proposta “cega”, que se limitava a ter em linha de conta a existência de salas com um número de alunos inferior a vinte... a essa proposta de Encerramento de onze Escolas, observámos que poderia até ser positivo o Encerramento de cinco: Santo Isidro com 8 alunos, porque é, claramente, uma Escola que em termos de edifício não tem condições e é possível implementar uma rede de transportes compatível e eficaz; Carvalhal de Azóia - 3 alunos previstos; Casa Velha - 8 alunos; Casal do Barril - 7 alunos e Melriçal - 6 alunos!!!... Recusámos, Cavaleiros com 14 alunos e Pouca Pena com 12 alunos, porque entendemos que são Pólos que estão a funcionar bem... que, com o aproveitamento complementar de Instituições Culturais Locais, têm o Sistema de Apoio à Família a funcionar... não entendemos a proposta de encerramento de Casal do Marachão ou Casal do Redinho... no que diz respeito à Serra, recusámos

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

liminarmente, o encerramento das Cotas, uma vez que mesmo centralizando, só teríamos 10 alunos... não faz o menor sentido estar a criar uma qualquer outra centralização, quando no próximo Ano Lectivo, não teremos nenhum Centro em Degracias/Pombalinho; por outro lado, a mesma Carta Educativa, que prioriza um investimento num Centro Escolar em Degracias/Pombalinho, é a mesma Carta Educativa que diagnostica e se congratula com a existência do Centro Educativo de Tapeus e conta com ele. O documento que nos foi enviado com a proposta de Encerramento das onze Escolas serviu de base para o parecer que emitimos quanto a cinco dessas onze Escolas... ainda relativamente ao encerramento de cinco das onze Escolas, a Câmara Municipal não só não se demitiu, como promoveu reuniões com os Encarregados de Educação directamente envolvidos e com os responsáveis do Agrupamento de Escolas de Soure, para que não se tratasse de uma qualquer posição ligeira, porventura não sustentada...”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “sobre a questão de Tapeus, colocada pelo Senhor Vereador Martinho, o que está previsto na Carta Educativa, para a zona serrana é a construção do Centro Escolar para os alunos das Freguesias de Degracias/Pombalinho, portanto, nem se põe em causa o de Tapeus; o de Tapeus é para os alunos de Tapeus, está a funcionar e continuará a funcionar com qualidade para os alunos daquela zona.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.12.2006

Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente Proposta de Acta. -----

Ponto 4. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS
. Secção de Pesca da Casa do Povo de Vila Nova de Anços
- Apoio

*09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007*

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

EVENTOS / PROVAS DESPORTIVAS

.....)

+

.....

Proposta

ENTIDADE	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
.....	1.350 € *

O Vice-Presidente
(Santos Mota)
2007.05.08

* 15 Atletas
2 dormidas/cada
8 refeições/cada

O Senhor Presidente referiu que: “a Secção de Pesca da Casa do Povo de Vila Nova de Anços subiu à 2.ª Divisão Nacional de Clubes e solicitou um apoio à Câmara Municipal. O Senhor Vice-Presidente, Santos Mota, dentro daquilo que têm sido os apoios habituais, apresenta-nos uma proposta em que diz que serão 15 atletas a dormir duas noites, porque são dois fins e semana, uma noite em cada fim de semana... 8 refeições por/atleta e as deslocações... No que toca às deslocações procuraremos colaborar no transporte através de uma viatura municipal.

Assim, proponho que nos congratulemos com os bons resultados desportivos que permitiram esta subida à 2.ª Divisão Nacional de Clubes e que aproveemos um

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

apoio de 1350,00 euros, tendo em linha de conta os critérios habitualmente usados no que toca a deslocações, refeições e dormidas.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “para além da qualidade desportiva e competitiva dos Clubes e Secções de Pesca Desportiva de Competição, há uma vertente ambiental onde estes Clubes têm sido os principais defensores dos rios do nosso Concelho; por vezes ainda há algum desconhecimento do que é a Pesca Desportiva de Lazer e a Pesca Desportiva de Competição; isto tem exigências, competitivas, muito grandes e Soure, poderei dizer com toda a satisfação, é uma referência já em termos nacionais, no que toca à Pesca Desportiva de Competição.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota.-----

**Ponto 5. SANEAMENTO E SALUBRIDADE
. QCAIII - P.O. Centro
Homologação de Candidaturas**

O Senhor Presidente referiu que: “tínhamos ainda três investimentos ligados ao Alargamento da Rede de Saneamento Básico... assim que foi autorizado pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, aos Municípios que tinham já uma taxa de execução de cerca de 100%, poderem apresentar Candidaturas “ao aproveitamento dos remanescentes ainda não utilizados”, procedemos à apresentação das três correspondentes... já tinha referido que a unidade de gestão havia aprovado duas Candidaturas e, agora, do que se trata é de vos informar que, no início de Maio, foi-nos comunicada a sua homologação.”

5.1. Rede de Esgotos Domésticos de Pouca Pena e Lugares Limítrofes

Foi tomado conhecimento.-----

5.2. Rede de Esgotos Domésticos de Sobral e Lugares Limítrofes

Foi tomado conhecimento.-----

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

Ponto 6. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

- . **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO**
- . **Aquisição e Aplicação de Peças de Fixação**
- **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
MERCADOS E FEIRAS
AQUISIÇÃO E APLICAÇÃO DE PEÇAS DE FIXAÇÃO
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de **15.03.2007**, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do concurso limitado sem publicação de anúncio como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das seis empresas consultadas, cinco apresentam propostas:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado	36.125,00	30 dias
Redevias - Sociedade de Construções e Vias, S.A.	32.450,00	30 dias
Leirislina - Sociedade de Construções, S.A.	28.223,80	30 dias
Pinto & Braz, Lda	35.850,00	30 dias
JRSF - Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda	35.600,00	30 dias

Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao estimado, a comissão de análise das propostas sugere a adjudicação da presente empreitada à empresa LEIRISLENA - Sociedade de Construções, S.A..

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Foi efectuada a audiência prévia pela comissão de análise das propostas, não tendo qualquer das empresas apresentado reclamações ou pedidos de esclarecimentos.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **LEIRISLENA - Sociedade de Construções, S. A.**;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **28.223,80 euros**, acrescido de **IVA**.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
07.05.2007

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Ponto 7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

. Realização de Feira Mensal em Tapeus

- Autorização

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
REALIZAÇÃO DE FEIRA MENSAL EM TAPEUS
AUTORIZAÇÃO

A Freguesia de Tapeus, através da sua Junta de Freguesia, solicitou ao Município de Soure a alteração do local da feira mensal, que se realiza no último domingo de cada mês, no lugar dos Baixos, para a sede de freguesia.

A razão deste pedido deve-se à falta de feirantes e de público, deixando de ter o relevo social¹ que justifique a sua manutenção, mas também, segundo aquela autarquia, à falta de algumas infra-estruturas básicas de apoio, em especial de instalações sanitárias.

As feiras e a actividade de comércio a retalho, exercida pelos feirantes, encontra-se regulamentada no Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto, possuindo este município um regulamento que fixa as condições em que essa actividade deve ser exercida no concelho de Soure.

De acordo com o artigo 2.º do referido Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto é da competência das Câmaras Municipais autorizar a realização de feiras (e de mercados) e, naturalmente, a sua alteração, quando os interesses das populações o aconselhem e tendo em conta os equipamentos comerciais existentes, ouvidos os sindicatos e as associações patronais respectivas e de consumidores (que no concelho de Soure não existem).

O espaço público para onde se sugere a nova localização da feira reúne condições constantes da informação da médica veterinária.

No que respeita à fiscalização, uma vez que a actividade de feirante carece de autorização camarária nos termos do referido Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto e do Regulamento Municipal, o controlo dos feirantes continuará a ser efectuado por parte dos serviços de fiscalização deste município.

Não menos importante é também a inspecção periódica ao local, quer para verificação das condições higiénico sanitárias do recinto, quer das condições em que são comercializados os produtos (alimentares), a ser exercida pela médica veterinária.

No que respeita à limpeza do recinto, ele continua a ser assegurado em colaboração com a Junta de Freguesia de Tapeus.

Deste modo, sugerimos

Que a Câmara Municipal delibere, nos termos do artigo 2.º do referido Decreto-Lei n.º 252/86, de 25 de Agosto, autorizar a alteração do local da feira mensal que se realiza, no último domingo de cada mês, nos

09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 10 de Maio de 2007

Baixos, para o lugar de Tapeus, junto às actuais instalações da sede de Freguesia, mantendo-se não só a mesma periodicidade, como o horário das 09h,00 às 16h,00.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
08.05.2007

1 As feiras possuem, em muitos lugares, um importante revelo social para as populações servidas, uma vez que fazem chegar determinados produtos, géneros e mercadorias e, por outro lado, porque exercem uma função moderadora nos preços de venda ao público, fomentando uma salutar concorrência com o mercado fixo.

O Senhor Presidente referiu que: “há um conjunto de feirantes que colocaram uma questão ao Presidente da Junta de Freguesia de Tapeus: a alteração do local da feira mensal, que se realiza no último Domingo, do lugar dos Baixos, para a Sede de Freguesia...

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tapeus observou que nada tem a opor... a questão foi remetida aos serviços jurídicos... A proposta final que nos é feita, no sentido de que a Câmara, nos termos da Lei, autorize a alteração do local da feira mensal para a Sede de Freguesia, parece-nos uma solução mais consentânea com os requisitos legalmente exigíveis; é uma experiência que entendemos que devemos deixar que seja feita.

Assim, propõe-se que aprovemos esta autorização de alteração mantendo-se, não só a mesma periodicidade, como o horário das 09,00 h às 16,00 h.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização da alteração do local da feira mensal que se realiza, no último Domingo de cada mês, nos Baixos, para o lugar de Tapeus, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 8. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. OUTRAS RECARGAS

. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Degracias

- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DAS DEGRACIAS
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

A empreitada acima referida foi adjudicada por despacho de 25.07.2005, ratificado em reunião do executivo de 30.07.2005, à empresa Manuel Dias Martins & Martins Lda, pelo valor de 50.213,00 €, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º. 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
27.04.2007

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar a Homologação do Auto de Recepção Provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**Ponto 9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2007
. Apreciação de Propostas de Alteração - 3.^a/3.^a - .**

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 3.^ª / 3.^ª - . -----

**Ponto 10. A.N.M.P. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
. Conselho Geral**

O Senhor Presidente referiu que: “numa das últimas reuniões, o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios aprovou, por unanimidade, várias decisões, sobre diversos assuntos que estão na ordem do dia.

Já no início do ano passado, quando estava no “auge” a questão dos Encerramentos na Área da Saúde, trouxe um conjunto de decisões/recomendações, que este órgão havia aprovado e tive o cuidado de dizer que subscrevia na íntegra as conclusões desse alerta e que achava, na altura, que só “compreenderíamos” encerramentos se daí resultasse uma inequívoca melhoria para o serviço prestado ao Município.

Em matéria de Encerramento de Serviços Públicos, dizer que: por exemplo, em termos de Tribunais, nos mapas que “têm vindo a lume”, a questão não nos toca, não obstante, haver um conjunto de situações que possam não ter ainda

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

ilustração... adiante, também, que subscrevo, na íntegra, o tipo de recomendações que o Conselho Geral nos solicitou que fossem ao conhecimento da Câmara Municipal. Penso que, de facto, faz todo o sentido que os Autarcas Eleitos em todo o País tenham uma atitude coesa e alertem a Administração Central, de que há um conjunto de medidas tomadas, a nível de cada Ministério, que parecem não estar de acordo com o Plano Nacional de Ordenamento do Território e as linhas de fundo para que o mesmo aponta.

Questão da Transferência de Competências... é verdade que há uma unanimidade nacional quanto à descentralização, mas também não é menos verdade que a descentralização efectiva não tem sido relevante, porque vários são os Governos que têm passado, e a Administração Central continua a gerir 89/90% dos dinheiros públicos e as Autarquias continuam a gerir 10/11%... isto significa, em termos práticos que, objectivamente, aquilo que se tem descentralizado é tudo menos a capacidade de investimento!!!... a descentralização a ser feita, deve ser feita sempre acompanhada da correspondente transferência de meios... até porque não se esqueçam que a prestação de um serviço, feita por um órgão nacional, tem uma exigência por parte do utilizador muito mais compreensiva e muito menor do que se for um órgão do poder local a fazê-lo!!!... quanto maior for a proximidade do prestador do serviço, a quem dele se serve, maior é a exigência de qualidade e a capacidade reivindicativa.

Em matéria de descentralização, em termos de Transferência de Competências, de há muito tempo que a posição dos Autarcas Eleitos é muito clara: disponibilidade total para assumir responsabilidades, desde que custeada, sustentada... e desde que seja uma descentralização de responsabilidades em termos de investimento e não apenas em termos de capacidade de tomar decisões que, normalmente, são geradoras de múltiplas e diversas insatisfações... concluindo, a Câmara Municipal de Soure deverá estar, solidariamente, preocupada com o entendimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre duas questões que continuam a ser de enorme actualidade: o eventual/possível Encerramento de Serviços Públicos e a Transferência de Competências para os Municípios...”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre estes dois documentos gostaria de deixar a posição política da C.D.U. e do P.C.P. e começava pelo documento do Encerramento dos Serviços Públicos. Gostaria de congratular-me com o documento mas também por ele ser votado por unanimidade, sabendo nós que os Autarcas que estão presentes e que fazem parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses têm as diversas cores políticas, dos diversos partidos políticos.

***09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Depois, olhando e analisando o documento, vale a pena fazermos uma reflexão sobre a natureza do Encerramento dos Serviços Públicos, lamentar que esta política de Encerramento de Serviços Públicos, esteja a ser feita mas também o modo como está a ser feita; o encerramento de muitos destes Serviços Públicos foram feitos com a promessa de aparecer uma alternativa dos mesmos e isso não aconteceu. Se olharmos para Serviços de Atendimento Permanente, se olharmos para aquilo que aconteceu em Soure, verificamos, que aquilo que foi dito foi “meia mentira”, ou seja, encerrou-se o Serviço de Atendimento Permanente, deixou-se os Municípios deste Concelho... estou a referir este Concelho, como estou a referir outros Concelhos onde foram encerrados Maternidades, Hospitais, uma série de Serviços Públicos na área da Saúde, não tendo sido feita uma avaliação, e também nada apareceu para dar resposta. Isto torna-se tanto mais grave se procurarmos saber a resposta que é dada nos Serviços de Saúde Centrais, estou a referir-me ao Hospital da Figueira da Foz/Hospital da Gala ou aos Hospitais da Universidade de Coimbra; verificamos que a capacidade de resposta não melhorou, pelo contrário, piorou, mas isso nós já estávamos há espera porque se aumenta o volume da procura de serviços de saúde e de urgências nestes hospitais e se não é aumentado o número de efectivos, o número de trabalhadores, médicos, pessoal auxiliar ou enfermeiros, o serviço piora.

Falo em Hospitais porque o direito à Saúde é das coisas mais importantes que podemos ter. Nós falávamos, há pouco, do Encerramento de Escolas... claro que o saber ler, escrever, interpretar é extremamente importante, falar das Escolas e do serviço que elas prestam também, mas é preciso garantir Saúde para que ela possa ser efectivada.

Depois gostaria de referir outro aspecto grave deste documento, que põe em causa uma política nacional comunitária, que é a política de coesão social. Quando durante tantos anos, se falou em política social, de aproximar o Litoral do Interior, combater a diversificação deste País, este documento questiona, eu própria questiono, o que é que se pretende quando ele diz, e é bem claro, três quartos do território nacional. É uma área muito grande; vamos assistir ao “encerramento” do Interior, sinceramente, qualquer casal jovem ou menos jovem, quando decidir a Região onde se vai fixar, vai tentar saber quais são os Serviços que têm abertos naquele Concelho, para ver se vale a pena lá viver ou não; portanto, mesmo em termos de coesão social, para quem fala tanto da Comunidade Europeia e da União Europeia, é posta em causa uma política comunitária que até fundos comunitários teve para esta vertente.

***09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Se nós olharmos para as diversas situações do Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território aprovado pelo Governo e em vias de aprovação pela Assembleia da República... o que nós verificamos é que no documento o que é escrito é uma coisa mas depois o que é levado à prática é a contradição total daquilo que diz o documento, afinal de contas estamos a falar aqui de quê? Estou a analisar um documento que diz respeito a uma prática deste Governo, mas isto não é uma prática exclusiva deste Governo, tem sido de todos os Governos até agora.

Sobre a Transferência de Competências, a posição da C.D.U. é a mesma que o Senhor Presidente de Câmara também assumiu e quero dizer o seguinte: hoje, a par de uma política de descredibilização do poder autárquico que existe a nível nacional, como já existiu para o ensino e para outros sectores, o poder autárquico é posto em causa, infelizmente, por muitas situações de corrupção. O que é verdade é que isto não caracteriza o poder autárquico. O poder autárquico resolve, de forma maioritariamente eficaz, os problemas das populações, devido à sua proximidade, procura gerir da melhor forma os dinheiros públicos, mas aquilo a que estamos a assistir é que ao poder autárquico são exigidas mais competências, provavelmente para as quais nem está vocacionado ou preparado, mas depois não tem a devida descentralização de recursos financeiros e sem dinheiro não há competências que sejam levadas a bom porto.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “tal como a Senhora Vereadora da C.D.U. já teve ocasião de dizer, e o Senhor Presidente, nós lemos atentamente este documento que chegou da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Eu, que geralmente acompanho a comunicação social, não vi este documento vertido em lado nenhum, nem em termos noticiosos, sejam eles na televisão, jornais... e tentei questionar porquê? Enfim, porque é que será? Começo a tentar descortinar na leitura atenta, digamos, da folha de rosto porque é que isto não saiu em lado nenhum. Naturalmente, é um documento aprovado, por unanimidade, mas com tomadas de posição duras que para serem consultadas só mesmo na área reservada aos associados; publicamente, há que chegar a um grande consenso, ou seja, vamos estar todos de acordo mas depois não divulgamos. Portanto, os associados ou tem uma palavra passe para ter acesso a estes comunicados ou então não sabemos que eles existiram.

Todos temos compromentimentos políticos e deve ter sido uma cedência para que esta unanimidade existisse de uma maneira tão vasta, tão ampla, tão etérea até; é um entendimento muito interessante, pede-se que os Presidentes de Câmara dêem conhecimento aos Vereadores e não convém que haja muita mais gente a ouvir.

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Eu permito-me falar isto porquê? Porque, naturalmente, este comunicado encerra, ele próprio, um conjunto de reflexões, que são reflexões aturadas, portanto, como são reflexões longas, reflexões ponderadas de punho, reflexões avalizadas, são documentos consistentes, longos, ininteligíveis, ninguém os vai ler e, naturalmente, valem o que valem. O que vale mesmo é o que nós sentimos no nosso dia a dia e nos sítios onde nós vivemos, isso vale, vale o que sentimos, vale o que os nossos familiares sentem, o que é que os nossos amigos sentem, o que é que a nossa povoação sente, o que é que a nossa cidade, a nossa aldeia e a nossa vila sentem. O que está em jogo, neste momento, é, no meu ponto de vista, uma clara fragmentação, para não dizer pulverização, daquilo que são os centros de decisão em todo o país. Há um centralismo flutuante, porventura nunca visto, de trazer tudo aquilo que diz respeito a grandes decisões; há uma estratégia assumida e que começa a ser claramente visível de apoucar aqueles que na dita província têm algum poder de decisão; constata-se algo nunca visto que é cidades de média dimensão, importantes para a dimensão do país, Coimbra, Viseu... estão-lhes a ser retirados alguns centros de decisão para os pulverizar para outras zonas do país para que cada vez seja mais difícil concentrar, em alguns pólos urbanos, algum poder de decisão, já que ele está totalmente fragmentado.

Estou a falar dos centros de poder porque, naturalmente, em repercussão sobre aquilo que é o quotidiano das populações e das povoações, estamos a chegar a coisas absolutamente fantásticas e espantosas. Deixem-me dar dois ou três exemplos: Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais, sempre teve a sua sede em Coimbra; sempre houve a oportunidade de consultar documentação; quero dizer a todos aqueles que me estão a ouvir, colegas e comunicação social, que, neste momento, um investigador de qualquer matéria, um arquitecto, um estudante, alguém que queira obter informações sobre um edifício classificado na zona centro do país, vai ter que ir a Lisboa, não há, neste momento, no distrito de Coimbra ou até na zona Centro, nenhuma indicação factual/documental sobre algo que diga que é importante monumentalidade na nossa região ou até dos edifícios que não sendo monumentais, fazem parte do espólio nacional.

Ministério da Agricultura, a mesma coisa, deslocam-se serviços do Ministério da Agricultura e Pescas para Castelo Branco; tem lógica em Castelo Branco, agora, ninguém disse nada aos funcionários, os funcionários não sabem se têm que apanhar a carreira para Castelo Branco ou o Comboio, ninguém sabe e este é um sentimento que é de tal maneira aflitivo que esta debandada geral dos serviços públicos leva a que sectores importantes para aquilo que é o desenvolvimento

***09.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

local não estejam, neste momento, a ser acautelados por ninguém; neste momento é tal a confusão que há serviços do estado que abandonam áreas de influência concreta e ninguém sabe quem fica a mandar neles, dou-vos o exemplo: a Vala do Norte, que é uma Vala que irriga as zonas importantes do Baixo Mondego, que até agora foi limpa pelo Instituto da Água, de um momento para o outro o Instituto da Água pegou na mala foi embora e, neste momento, teve que ser a Câmara Municipal de Coimbra a ir limpar a Vala, porque se não os Agricultores do Baixo Mondego não tinham água para irrigar as suas culturas. Mais grave ainda, se tínhamos serviços descentralizados do Ministério onde, nomeadamente os Agricultores, que infelizmente são cada vez mais pessoas idosas, podiam socorrer-se de informações para apresentarem Candidaturas... também isso acabou, agora, ou os homens com 80/90 anos sabem mexer na Internet ou então não há acesso a programas nenhuns sobre coisa nenhuma, portanto, as Candidaturas são feitas pela Internet.

Na Saúde, as crianças começaram a nascer nas Auto-Estradas, é uma maneira portuguesa de fazer com que as crianças nasçam... noutros países e noutras zonas do mundo as crianças nascem nas Maternidades, aqui nascem nas Auto-estradas e nas Ambulâncias.

Nos acessos à A17, deve ser a Auto-Estrada que mais tempo está a ser dada como concluída, se fosse em Lisboa ou no Porto já estaria resolvido há muito tempo; é uma vergonha nacional; é uma importante entrada na nossa zona.

No Distrito de Coimbra, a Estação de Coimbra/B, que toda a gente utiliza quando vem de outros pontos do País ou de outros pontos da Europa, para sair do comboio, é uma vergonha nacional e a explicação que é dada para ela não ser reparada, é que estão à espera que passe por lá o TGV. É fantástico, enquanto o TGV não parar ou passar em Coimbra, a Estação de Coimbra/B não é reparada, nem que caia em cima das pessoas todas que lá estão. E esta é uma entrada principal da nossa região...

As obras públicas que estão a ser feitas, ou que não estão a ser feitas, deixam-nos absolutamente preocupados, esta centralização que está a existir neste momento, e nunca se viu desde o 25 de Abril, nunca houve um Governo tão centralista como este, está a deixar obviamente as populações com um único objectivo, é apanhar o transporte o mais depressa que têm para sair para grandes núcleos urbanos, já ninguém quer viver aqui, não há escolas, não há isto não há aquilo... as pessoas ficam cá a fazer o quê, nomeadamente, os mais velhos não têm hipótese de infelizmente sair, mas os mais jovens ficam aqui a fazer o quê? Nada, até porque não têm condições objectivas para acesso a alguns bens públicos que têm aqueles

*09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007*

que vivem nos grandes meios e que felizmente tem acesso a isso. Esta situação de despovoamento do território, ao contrário do que fez o D. Sancho I que foi o Povoador, o Eng.º Sócrates é o Despovoador, esta situação que está acontecer é uma situação absolutamente lamentável, quer dar-se a isto um modelo de Regionalização, só que ainda ninguém percebeu o modelo de Regionalização, se alguém souber aqui nesta sala, qual é o modelo de Regionalização que está a ser implantado, que mo diga porque se me explicarem, deixo de falar no assunto porque fico completamente esclarecido. Se alguém sabe qual é o figurino adoptado para a Regionalização, que está em curso, que mo diga; se alguém souber o modelo que está a ser implantado, que mo diga para eu ficar esclarecido.

Isto é uma situação que nos preocupa, enquanto cidadãos e deixe-me dizer-lhe o seguinte: acho que, lamentavelmente, noto grande silêncio, não direi cumplicidade, dos Autarcas Socialistas, é que os Autarcas Socialistas que, naturalmente, podem ter tomado posição a coberto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque, enfim, quando o Primeiro Ministro ler o Comunicado, diz que é a Associação Nacional de Municípios Portugueses e não consegue identificar o Autarca para não sofrer represálias... infelizmente, os Autarcas Socialistas, que têm um papel importante, já que uma parte substancial das Autarquias do nosso País são lideradas por Autarcas do Partido Socialista, não tomam posição; os Autarcas Social Democrata já o fizeram; os representantes da CDU, vastas vezes têm dado nota deste desconforto; os Autarcas Socialistas é o silêncio total, é um silêncio ensurdecedor.

Vejo com apreço que, desta vez, tomaram uma posição, naturalmente, baixinha, a coberto da Associação Nacional de Municípios Portugueses; fiquei com a ideia de que a Associação Nacional de Municípios Portugueses já tem uma utilidade... permitir que sejam tomadas de posição fortes e ruidosas, desde que ninguém as ouça.

Aquilo que disse há pouco o Senhor Presidente sobre a Extensão de Saúde da Gesteira parece-me uma boa notícia, agora, acho importante que não esqueça a temática do Centro de Saúde porque há um compromisso, não direi político, mas um compromisso de honra nosso, enquanto defensores da causa pública, que é o seguinte: o SAP do Centro de Saúde de Soure fechou e houve uma reunião de Câmara Extraordinária onde todos nós demos, publicamente e unanimemente, a seguinte versão dos acontecimentos, o Estado, o Governo Central faça o que fizer, nós, ao nível do Concelho de Soure, vamos tentar encontrar, em unidade, uma solução e até agora ainda não vi essa solução.

***09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007***

Há, neste momento, o estranho percurso do acesso aos bens de saúde, que é o seguinte: se alguém adoecer, o que tem que fazer é chamar uma ambulância; a ambulância vai para o Centro de Saúde; o Centro de Saúde está fechado; vai para a Gala; na Gala não tem condições para reparar aquela maleita, então vai para Coimbra, portanto, há um zigzague ao nível da Saúde que eu não sei se existe em muitos mais Concelhos. O que quero dizer é o seguinte, se, efectivamente, o Centro de Saúde não funciona, que o patamar seguinte, pelo menos, funcione, que é o da Gala e eu digo que não funciona, por experiência própria, ou seja, o que é que nós vamos fazer para a Gala? É tomar conhecimento de que a pessoa está doente, mas para tomar conhecimento de que a pessoa está doente, essa tomada de conhecimento é antes dela sair da ambulância porque já se sabe que está doente, se não, não se chamava a ambulância. Portanto, não sei se é importante tomarmos alguma posição sobre isto, os Bombeiros têm indicações expressas de que devem levar as pessoas, naturalmente, para a Gala, é isso que dizem os ditames deste estranho complexo da área da Saúde, mas o que lhe quero dizer é que acho que também deve interceder no sentido de que o que se passa na Gala... tem que haver um compromisso político e institucional do Governo em relação à Gala porque nós somos uma povoação que vai para a Gala e se a Gala não tem condições para, de uma maneira decente, tratar daquilo que são os nosso enfermos, pelo menos que vão directos para o Hospital dos Covões. As coisas são como são e, neste momento, os Bombeiros, conforme sabe melhor do que eu, não têm essas indicações, têm que levar as pessoas para a Gala.

Parti de um figurino e de um conceito geral para falar de casos concretos e terminava dizendo que gostaria que, nomeadamente a rádio e o jornal aqui de Soure, tivesse uma participação cívica mais atenta em relação a isto, não é em questões de reunião de Câmara que estas coisas devem ser deliberadas, é uma estrutura autónoma e independente, mas acho que era importante que esta sensibilidade, este sentimento que perpassa por tudo o que são as agremiações com responsabilidade pública e política, como são as nossas, tivesse depois uma amplificação que eu acho que só os meios de comunicação social conseguem fazer, e esse meu reparo que, naturalmente, darei a quem dirige a rádio e o jornal, é um incentivo a que acolham estas posições que a Câmara toma, de uma maneira mais aprofundada porque tem muito a ver com aquilo que são as preocupações das nossas populações.

Para precisar, há aqui duas Instituições: uma teve um silêncio estratégico e outra, um silêncio ensurdecador; o estratégico é a Associação Nacional de Municípios

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

Portugueses, a outra é os Autarcas Socialistas, que tem uma estrutura presidida pelo seu colega de Braga...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “perante uma aprovação, sem qualquer tipo de hesitação, despachei à reunião de Câmara para que, sobre este assunto, pudéssemos emitir as opiniões que entendêssemos como mais correctas!!!...”

No meio disto tudo, foram abordadas questões que têm que ver com o Concelho de Soure e devo-lhe dizer que, naquilo que tem sido possível a intervenção da Câmara Municipal, e não podendo nós reclamar um tratamento diferencial do resto do País, acho que nos temos batido com firmeza e determinação e mesmo na Saúde, onde havia duas questões distintas: uma tinha a ver com o eventual Encerramento de uma Extensão de Saúde que já não se verificou!!!... outra tinha a ver com a questão da inexistência de, mesmo que seja um serviço leve, um serviço de atendimento durante a noite... aquilo que é, não apenas o compromisso da Câmara, mas de um Comunicado que eu próprio subscrevi, em que no último parágrafo, no fundo, adianto que estamos determinados a encontrar uma solução alternativa...

É importante que nunca percamos de vista o seguinte: uma qualquer resposta que passasse ao lado da Administração Regional de Saúde, não era difícil que a tivéssemos já encontrado, mas, o que não podemos nem devemos, é, com a pressa de criar uma solução, deixar campo aberto a uma possibilidade de que se algo corresse menos bem, teríamos as autoridades de saúde a dizer que, de forma “amadora”, nos estávamos a querer substituir às mesmas e que poderíamos ter criado condições para que este ou aquele acontecimento pudesse ter ocorrido... Portanto, a questão está aqui, estamos a tentar uma solução pública ou privada e continuaremos a fazê-lo... aliás, os Senhores Vereadores tiveram a oportunidade de chamar à atenção desse último parágrafo do meu Comunicado, dando nota de que estariam inteiramente solidários com a tentativa de se procurar encontrar uma solução complementar. Não é matéria que esteja esquecida, está escrito esse compromisso e iremos certamente ter oportunidade de nos podermos pronunciar sobre qualquer possibilidade concreta ou qualquer dificuldade concreta que não estejamos a conseguir ultrapassar; não é assunto encerrado nem metido em qualquer gaveta. Não podemos reclamar um tratamento diferencial, temos que fazer a diferença numa ambiência que poderia não ser a nossa mas que é a que existe.

Quanto à outra questão, devo-lhe dizer que nas reuniões regulares que tenho com a Direcção e com o Comando dos Bombeiros isso não me foi referido, depreendo que nos estará a dizer que para uma parte do nosso Concelho que, eventualmente,

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

integrará as Freguesias de Samuel e Vinha da Rainha, haverá instruções no sentido de um encaminhamento, a seu ver, ao que parece, inútil, para o Hospital da Gala, uma vez que este não reunirá condições para essa sobrecarga. Devo dizer-vos que julgava que todos os Municípios do Concelho de Soure estavam a ser encaminhados para Coimbra. Tomei a devida nota, vou tratar de saber o que se passa...

De resto, em matéria de eventuais encerramentos de serviços públicos, em matéria de transferências de competências para os Municípios, a minha posição é publicamente conhecida!!!... Não tenho a menor dificuldade em dizer que mesmo não subscrevendo alguns dos adjectivos usados, naquilo que é substantivo, que considero essencial, continuo ainda a rever as minhas balizas orientadoras, na maioria das conclusões que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem vindo a aprovar por unanimidade.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “depois da intervenção do meu colega, Dr. Carlos Páscoa, a nossa posição ficou bem definida.

A minha intervenção é só porque queria dar uma nota, na última reunião, de 26 de Abril, tinha abordado esta questão, da fuga dos serviços de proximidade para outros locais e tinha feito sentir ao Senhor Presidente a necessidade da Associação Nacional de Municípios Portugueses se debruçar sobre esta temática e fazer eco das nossas preocupações. Quero aqui reconhecer que não tive acesso privilegiado a esta matéria, portanto, não conhecia este documento; falei por aquilo que sinto como pessoa do povo, que trabalha em zonas rurais, que vive em zonas rurais e que sente na pele aquilo que é esta política de macrocefalia, mas agora parece que querem fazer isto bipolar, Lisboa e Porto, o resto é paisagem e esta é a preocupação que nos inspira e, pessoalmente, ainda que saiba que estamos aqui a falar “para paredes” porquanto quem está no Governo Central pouco se importa com a opinião daqueles que localmente se debruçam sobre os problemas das populações e que os ouvem amiúde. A minha preocupação é que num futuro próximo sejamos um País do *very typical*, das aldeias *very typical*, onde é muito bonito ir passar um fim-de-semana e passar a passagem de ano numa casa de aldeia, mas onde não há ninguém durante todo o ano e aquilo está perfeitamente deserto e a nossa vida, o nosso País se resume a uma faixa litoral que nem sequer é contínua, porque o sudoeste alentejano está deserto, em que temos algumas descontinuidades populacionais e o resto é paisagem. Isto preocupa-me porque quando se visitam outros países europeus percebemos que eles trabalham no sentido de dar vida às zonas rurais, de promover as potencialidades endógenas de cada região e nós combatemo-las. Evidentemente que não estamos a pôr em questão a validade das inspecções às feiras mas, por

**09.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 10 de Maio de 2007**

exemplo, é constrangedor ir a uma feira, neste momento, em alguns locais do nosso País, porque os feirantes estão a ser acossados, exigem-lhes que eles tenham condições que nós não conseguimos, humanamente, construir e que se perde a nossa identidade cultural, que é aquilo que nós temos preservado. Depois, quando se vai lá fora, percebemos que afinal eles têm essas coisas, e cultivam-nas, promovem-nas porque é a sua identidade cultural que está em risco.

Acredito que estes documentos da Associação Nacional de Municípios Portugueses farão mais eco do que as minhas palavras, isto foi mais um desabafo, um descarregar de consciência de quem ainda tem muitos anos de vida para viver e que gostaria de ver um País português, em que nós pudéssemos ter qualidade de vida, não só nas cidades, mas também nas zonas rurais, onde perdemos, cada vez mais, qualidade de vida e, depois, vemos coisas espantosas... há grandes campanhas publicitárias “utilizemos os transportes públicos, deixemos o carro em casa e vamos nos transportes públicos”... quando vivemos em Soure, em Penela ou Castanheira de Pêra, queremos apanhar um transporte público, se quisermos estar às 9,00 horas da manhã em Coimbra, temos que sair no dia anterior porque não há nenhum que chegue lá às 9,00 horas e isto são situações que, evidentemente, são hipocrisias completas... utilizar transportes públicos... saem os Serviços de Atendimento Permanente dos Centros de Saúde, mas depois têm perto... para aqueles que têm carro, os mais velhos não têm carro, ou quando têm carro têm que pedir ao filho ou ao sobrinho ou ao neto, quer dizer, são estas questões que vão fazendo com que as pessoas, gradualmente, vão abandonando as áreas mais rurais e se concentrando nas áreas mais urbanas, evidentemente, com decréscimo de qualidade de vida que todos nós sabemos que existe. Portanto, não podíamos estar mais de acordo, e a minha intervenção é exactamente porque não tive acesso privilegiado aos documentos e também não fui *hacker*, isto é, não andei a “violar” a página da Associação Nacional de Municípios Portugueses porque não tenho a password de acesso ao documento.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “só uma curiosidade, neste momento, dados deste ano, 65% da população vive em Lisboa e Porto...”

10.1. Encerramento de Serviços Públicos

Foi tomado conhecimento. -----

10.2. Transferência de Competências para os Municípios

Foi tomado conhecimento. -----